

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Outubro a Dezembro de 2019

Ano 44 – Nº 242

Foto: Juliana Pesqueira

Romarias 2019: esperança e resistência na caminhada

págs.: 8 e 9



**2019: aceleração da violência
no campo e paralisação da
reforma agrária**

pág.: 10

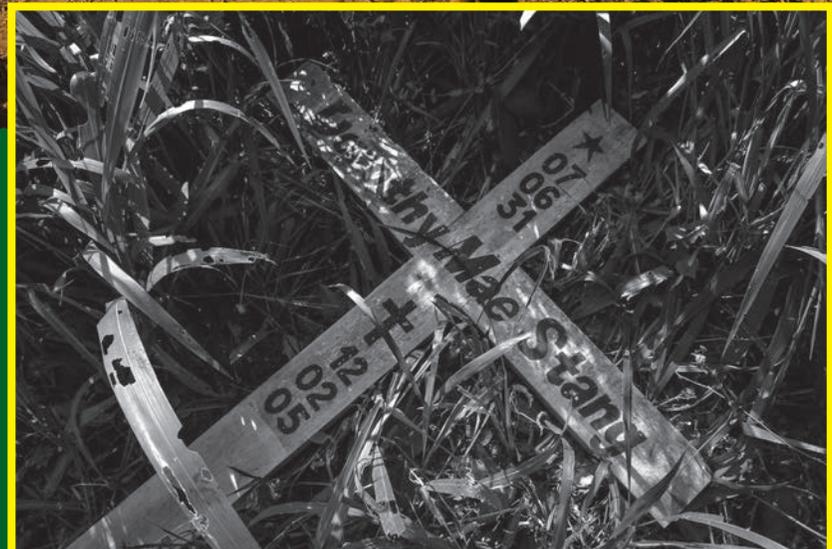


Foto: Juliana Pesqueira

EDITORIAL

Romarias: a esperança e resistência em caminhada

Essa última edição do jornal Pastoral da Terra traz os relatos das diversas Romarias que foram realizadas pelo Brasil em 2019. A esperança do povo do campo, a força da resistência, se mantêm nas caminhadas que cortam o país e relembram a luta dos e das que nos precederam. O momento nos leva a reacender a chama da esperança e da mística da luta, 2020 será mais um ano de resistência e precisamos estar atentos e atentas, unidos e unidas e fortes.

Da Santa Sé sentimos os ventos de renovação que nos chegam através da realização do Sínodo da Amazônia, em outubro, em que Papa Francisco acolheu, abraçou e olhou nos olhos dos povos da Amazônia. E em pleno Sínodo a Igreja renovou o Pacto das Catacumbas. A fé e o trabalho pastoral dedicado aos pobres da Terra, encontram novo significado e abrigo no papado de Francisco.

Ao findar do primeiro ano do governo Bolsonaro, o que podemos ver é que a violência contra os povos do campo e seus territórios está longe de acabar. O acirramento dos despejos e a paralisação da reforma agrária, bem como a manutenção dos assassinatos e das agressões e investidas contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, e povos tradicionais, nos mostram isso. A Amazônia permanece como foco central de toda essa violência.

Mas o povo, em resistência, se organiza e mantém-se firme e em luta. Realiza encontros e debates, e cria suas alternativas. Ressurge sempre e renovado, das cinzas ou da violência, como assim nos mostram as mulheres. Persistentes e resistentes, de mãos dadas, Valéria Santos, da CPT Tocantins, descreve em seu texto que elas se impõem e ocupam seus espaços de fala. Os homens, por sua vez, começam a refletir sobre o seu papel nas relações de gênero e sua responsabilidade enquanto opressor. Por isso, agentes da CPT realizam Encontro para discutir masculinidades e transformar suas ações na sociedade.

Um estado de convulsão social tomou conta de boa parte da América Latina. Golpes, eleições, extrema-direita e manifestações sociais se espalharam por todo o continente, terra essa desse povo que caminha, que luta e que resiste. Vimos Evo Morales sofrer um golpe, enquanto a extrema-direita retomou o poder no Uruguai. No Haiti, invisibilizado, o povo resiste há meses e quer transformar o governo e o país. Greves tomam o Chile e a Colômbia. Os povos vêem o colapso social tomar conta do continente.

2020 será um ano de desafios, de luta e de resistência dos povos. Animados pela esperança dos e das que seguem lutando, a CPT realizará seu V Congresso Nacional, no coração da Amazônia. A ilustração do cartaz do evento foi lançada, então, e traz toda a riqueza, beleza e diversidade da floresta, dos povos, dos rostos amazônidas. Mesmo frente aos desafios, devemos retomar a alegria do encontro e da força que ele promove. Lembrem-se, ninguém solta a mão de ninguém, e estaremos juntos, sempre, na luta por um mundo melhor. Que 2020 nos traga luzes de esperança e que estejamos juntos e juntas na luta! Amém, axé, awere, aleluia!

Boa leitura!



PUBLICAÇÕES

Resistência e Luta conquistam território no Araguaia Mato-Grossense



Esse livro, conforme o autor e membro da CPT, Antônio Canuto, começou a ser escrito há alguns dias, mais precisamente em 1972, quando ocorreu um grande conflito em Santa Terezinha (MT) com a empresa Codeara. Na época, ele foi àquela localidade para acompanhar o conflito, onde deveria permanecer uns 5 dias, mas acabou ficando 13 anos no município. E, diante daquela situação, ele começou a escrever o que ocorria no local, rascunhou tudo à mão, e depois datilografou. Todo aquele registro ficou guardado no arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia.

Mas além daquele caso vivenciado por Canuto, foi realizado também um trabalho de resgate das ricas histórias publicadas na seção intitulada 'Retalhos de Nossa História', do Jornal Alvorada, da Prelazia de São Félix. "Nesta seção eram publicadas matérias garimpadas, nos espaços mais diversos, que tinham a ver com a história da região, sem a preocupação de se ater a critérios de ordem cronológica ou de concatenação de fatos. Era uma riqueza sem par de informações. Valia a pena publicá-las num livro", explica Canuto. O livro pode ser adquirido na Lojinha Virtual da CPT: <https://www.cptnacional.org.br/loja>

Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina - BA

A publicação foi elaborada por Carlos Walter Porto-Gonçalves, geógrafo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Samuel Britto das Chagas, engenheiro agrônomo e agente da CPT na Bahia. O baixo nível das águas do Rio Arrojado, devido à captação abusiva de água pelas fazendas do grupo Igarashi e ao desmatamento desenfreado, juntamente com a morosidade dos órgãos públicos e governos em resolver tais problemas, fez com que, no dia 02 de novembro de 2017, cerca de mil ribeirinhos quebrassem as instalações de irrigação agrícola da "empresa que lhes sugava o sangue, quer dizer, as águas", destaca, no Prefácio do livro, Ruben Siqueira, da coordenação nacional da CPT.

Nove dias após esse acontecimento, uma multidão de aproximadamente 12 mil pessoas saiu às ruas da cidade de Correntina (BA) em apoio àquela primeira ação ocorrida nos dias anteriores, e uma frase ganhou o protesto e é entoada até hoje: "Ninguém vai morrer de sede às margens do Arrojado". O livro, que pode ser adquirido nas sedes da Pastoral da Terra, em Salvador, e em Santa Maria da Vitória, analisa os significados, interpretações e reações diante dessa luta por água no Cerrado baiano.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom André de Witte

Vice-presidente
Dom José Lonilton

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Isolete Wichinieski
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)
Antônio Canuto
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br
Tiragem: 3.750 exemplares



Pescadores artesanais entregam na Câmara 200 mil assinaturas em defesa dos territórios pesqueiros

O Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) realizou, no dia 21 de novembro, uma Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa do Congresso Nacional para a entrega das 200 mil assinaturas em apoio ao Projeto de Lei (PL) de Iniciativa Popular que regulamenta os Territórios Pesqueiros no Brasil. Essa atividade integrou o Grito da Pesca 2019, realizado em Brasília entre os dias 20 e 22 de novembro, do qual participaram cerca de 250 pescadores artesanais de todo o país.

Na Câmara, as assinaturas foram entregues, durante a audiência, aos deputados Joseildo Ramos (PT/BA), Helder Salomão (PT/ES), Edmilson Rodrigues (Psol/PA) e o senador Jaques Wagner (PT/BA). Também participaram do evento o professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Cristiano Ramalho, o pescador mineiro Josemar Durães, Dom Leonardo Steiner, bispo auxiliar de Brasília, e a pescadora Maria Eliene Pereira do Vale, da Articulação Nacional das Pescadoras Artesanais (ANP). “Nosso sonho sempre foi uma lei de proteção às nossas



Foto: Andressa Zumpano/ CPT Maranhão

vidas. Fizemos nossa parte porque sabemos que um sonho que se sonha só é só sonho, mas vai ser uma realidade porque é um sonho de todos e todas. Defender o território é defender a vida”, manifestou, ao entregar as assinaturas, a pescadora paraense Josana Pinto.

O Grito da Pesca acontece desde 2004, sempre no dia 21 de novembro, data em que é comemorado o Dia Mundial da

Pesca Artesanal com mobilizações e reflexões nacionais em favor dos povos das águas e dos ecossistemas que compõem os territórios pesqueiros. A data faz referência à Revolta da Chibata, acontecida no Rio de Janeiro, em 1910, quando marinheiros afro-brasileiros, que originalmente eram pescadores, fizeram um motim contra as chibatadas que recebiam dos oficiais brancos da Marinha. (Fonte: CPP)

O extermínio programado dos povos indígenas isolados

No dia 12 de novembro, em Nota Pública, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciou que “está em curso o extermínio programado dos povos indígenas livres ou em situação de isolamento voluntário no Brasil. Não se trata tão somente de uma omissão do governo federal, mas de sua ação deliberada para permitir que esses povos sejam massacrados”.

Conforme dados parciais do Cimi, entre janeiro e novembro deste ano 21 Terras Indígenas com povos isolados foram invadidas: seja por madeireiros, garimpeiros, grileiros, caçadores, pescadores e extrativistas vegetais. O levantamento não engloba os territórios com a presença desses povos onde não há nenhuma providência em termos de demarcação e proteção de suas terras. No total, existem no Brasil registros de 114 povos indígenas isolados, dos quais apenas 28 são confirmados pela Funai.

“A estratégia de extermínio e genocídio se torna ainda mais evidente sabendo que o governo conhece muito bem a situação de vulnerabilidade em que se encontram esses povos, a fragilidade que têm para se defender e a liberdade de ação de criminosos em regiões sem a presença protetiva do Poder Público”, ressaltou a entidade. (Fonte: Cimi)

Antônio Canuto, membro da CPT, lança livro sobre a luta e a conquista de território no MT

“Resistência e Luta conquistam território no Araguaia Mato-Grossense” é o título da publicação lançada por Antônio Canuto, um dos fundadores da CPT, no dia 23 de outubro, durante a abertura do Encontro Nacional de Formação da Pastoral da Terra (CPT), realizado em Hidrolândia (GO). “São 365 páginas que contam justamente a luta por terra e a resistência do povo, e que conta os primórdios da criação da CPT. A pastoral nasceu como uma sugestão do Pedro [dom Pedro Casaldáliga] de convocar uma reunião dos prelados da Amazônia para enfrentar toda aquela problemática da terra que existia naquele momento”, contextualiza Canuto, que viveu por 26 anos na região da Prelazia de São Félix do Araguaia. “A história da luta pela terra e a conquista dela está entranhada na Prelazia”, afirmou.

Ao longo desses anos no Mato Grosso, o membro da CPT conheceu de perto como os grandes empreendi-

mentos chegaram à região, no período da ditadura brasileira, com o discurso de “desenvolver” a Amazônia. Na realidade, porém, o que buscavam eram os recursos abundantes que o governo oferecia. Com imensas áreas sob seu domínio, inclusive núcleos urbanos, e com muito dinheiro, usaram de todos os artifícios imagináveis para expulsar as poucas famílias de posseiros existentes e invadir as Terras Indígenas.

Para Antônio Canuto, pode-se afirmar, com segurança, que a ocupação deste território foi um processo de resistência e luta de indígenas, posseiros e posseiras, pequenos agricultores e agricultoras para defender e conquistar as terras que ocupavam diante de uma invasão galopante do grande capital, incentivado pelo governo federal através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e de outros programas governamentais. (Fonte: Assessoria de Comunicação da CPT Nacional)



Foto: Elvis Marques/CPT Nacional

A cana será devastadora para a Amazônia e insustentável para o planeta

“A perspectiva da sustentabilidade e do bem viver na Amazônia só tende a piorar depois do Decreto 10.084 de 05 de novembro de 2019 do Governo Federal, que aguardou a finalização do Sínodo da Amazônia para revogar o zoneamento ambiental de 2009 e liberar a produção de cana-de-açúcar para etanol na Amazônia e no Pantanal”, denunciou, em Nota Pública, a Articulação das CPT's da Amazônia.

“Já é comprovado que os problemas ambientais e sociais da monocultura da cana atingem diretamente os povos indígenas e as comunidades tradicionais, afetando todos os camponeses com a contaminação dos entornos dos canais pelo uso de agrotóxicos. A monocultura adoce as pessoas, emprega com superexploração ou por trabalho escravo, contamina o solo e as águas, envenena a vegetação e os animais, provoca insegurança alimentar e a morte dos peixes, dos campos naturais e dos cultivos das várzeas”, ressaltou o documento.

SÍNODO DA AMAZÔNIA

Francisco caminha com povos

O Sínodo da Amazônia, em Roma, foi aberto com uma procissão que entoou o pedido de “avançar para águas mais profundas”. Evento trouxe sinais de esperança para leigos e leigas, religiosos e religiosas que atuam na Amazônia e para os povos tradicionais que habitam a região.

GUILHERME CAVALLI*

“Avançar para águas mais profundas” foi o refrão que deu o tom da caminhada dos povos da Amazônia com o papa Francisco na abertura do Sínodo da Amazônia, no dia 7 de outubro. Com início na Basílica de São Pedro, na Cidade do Vaticano, a procissão seguiu até a sala Paulo VI onde os trabalhos do Sínodo foram iniciados. Completamente vazia, sem cadeiras, bancos ou altares, a Basílica onde está enterrado o primeiro bispo da Igreja foi ocupada por símbolos trazidos pelos povos da Amazônia. Cartazes lembravam os mártires do Evangelho, mortos em nome do Reino, projeto de justiça e paz.

Francisco caminhou com os povos que estavam em Roma para a sessão conciliar. É um Sínodo que peregrina com os povos. O sucessor de Pedro, em sorrisos e cumprimentos, percorreu o trajeto rodeado por representantes dos povos originários, bispos, religiosos e religiosas, leigos e leigas que estavam em Roma para acompanhar e debater os temas que dizem respeito sobre a vida na Amazônia.

“Foi bonito viver essa peregrinação. Cheguei perto do papa. Fiquei feliz. O papa hoje olha para os povos indígenas e pela natureza. Ele chega perto da gente, se aproxima. Eu o presenteei com meu cocar – jeguaka – que eu mesmo fiz, com minhas mãos”. Leila Guarani Nhandeva é “parente” de um dos mártires que a procissão fez memória – Marçal Tupã-i de Souza. “Marçal foi uma de nossas lideranças que morreu pela luta do povo, pelo

território. Hoje continuamos o que ele e outros nos deixaram”.

Um dos temas colhidos pelo



Foto: Maria Irene Lopes

documento preparatório do Sínodo é a presença da mulher nos ministérios da Igreja. Em outro espaço, Leila Guarani Nhandeva rompeu a barreira para o seu povo e hoje é a primeira mulher a fazer o que por muito tempo foi serviço apenas para os homens. “Não é fácil ser mulher e levar adiante a luta sempre feita por homens. Mas nós mulheres hoje defendemos o nosso povo e não tem outra maneira. É resistir”, comentou a liderança.

A indígena se somou a ribeirinhos, pescadores, quilombolas e outras populações tradicionais que entoavam cantos em suas línguas maternas enquanto carregavam uma barca e uma rede de pesca. Ao papa, os povos entregaram dois remos como simbologia do pedido que entoavam em canto: avançar para águas mais profundas. Os símbolos fizeram referência de uma Igreja pobre para os pobres, de mulheres e homens que ouviram o grupo da Terra, dos povos e das realidades amazônica e Latino Caribenha. Gaudino Pataxó, irmã Dorothy Stang, irmã Cleusa, Chico Mendes, Simão Bororo, Vicente Cañas, Oscar

Romero, entre outros, foram testemunhos lembrados pelos rostos carregados por fiéis durante a procissão.

Membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), após participarem no Brasil de um longo processo de escuta das comunidades para o Sínodo, se somaram a inúmeras pessoas no país europeu para o evento. Participaram do Sínodo e das atividades paralelas, como a Casa Comum, o vice-presidente da pastoral e bispo da Prelazia de Itacoatiara

(AM), Dom José Ionilton Lisboa, Darlene Braga, coordenadora da Articulação das CPT's da Amazônia e agente da CPT no Acre, e Maria Petronila Neto, agente da CPT em Rondônia. Ao saudar o Papa Francisco, Maria Petronila ouviu do pontífice o pedido: “reze por mim”. E ela pediu para que ele “rezasse e olhasse com carinho para as comunidades tradicionais da Amazônia”. Petronila, como é conhecida por amigos/as e familiares, foi uma das responsáveis por, na missa de abertura da Assembleia Especial, na Basílica de São Pedro, no Vaticano, fazer a leitura da segunda Carta de São Paulo a Timóteo.

Missa de Abertura: grito contra os neocolonialismos

Na missa de abertura no dia 6 de outubro, papa Francisco chamou atenção para os incêndios ocorridos na Pan-amazônia, caracterizando como atitude totalitária de um contexto pautado pela “ganância de novos colonialismos”.

“O fogo atado por interesses que destroem, como o que devastou recentemente a Amazônia, não é o do Evangelho”, pontuou o papa. “O fogo de Deus é calor que atrai e congrega em unidade. Alimentar-se com partilha, não com os lucros”.

“Respeito aos territórios indígenas foi tema central durante Sínodo da Amazônia”, garante dom José Ionilton, vice-presidente da CPT. Segundo dom José, o chamado ao cuidado com os direitos

territoriais é um clamor insistido pelo papa Francisco. “O Sínodo nos convocou a olhar com cuidado a questão dos territórios dos povos indígenas”, afirmou o presidente da CPT, ao comentar o processo de construção do documento final do Sínodo da Amazônia.

“Entendemos o tema dos territórios tradicionais como questão central para a defesa e autonomia dos povos originários, dos ribeirinhos, indígenas



Foto: Vaticano

SÍNODO DA AMAZÔNIA

da Amazônia e América Latina

e pequenos agricultores. O documento final tem muitas indicações e atenção especial ao tema”, avaliou ele. Segundo o bispo, “falamos de que como Igreja devemos estar junto aos povos indígenas na sua luta para que possam ter o direito de permanecer nas terras demarcadas e onde não estejam demarcadas, para que se garanta o cumprimento do direito constitucional”.

“A Igreja na Amazônia precisa estar junto dos povos que vivem nes-

ta região. É necessário um cuidado de pastor, principalmente naqueles lugares onde os povos são ameaçados pela ambição, pelo poder econômico que deseja tomar os territórios em vista do lucro e do dinheiro”, afirma o bispo.

Sobre a conjuntura brasileira, dom José sustenta ser necessário uma atuação ainda mais profética da Igreja. “O trabalho não é fácil diante do governo que temos no Brasil. Está cada vez mais difícil para as populações do cam-

po, para ribeirinhos, indígenas, camponeses”, lamenta.

Para dom José, “a Igreja precisa cuidar dos cuidadores, daqueles que estão na luta direta e são criminalizados e perseguidos”. Como proposta que responde aos clamores da Pan-Amazônia, o vice-presidente da CPT indica a possível criação de um organismo para acompanhamento de pessoas ameaçadas por defender a Pan-Amazônia.

Grupo de padres sinodais renova o “Pacto das Catacumbas” por uma igreja pobre para os pobres

Seguindo os passos de alguns dos Padres conciliares, de 1965, um grupo de participantes no Sínodo sobre a Amazônia foi às Catacumbas de Domitilla para reafirmar a opção preferencial pelos pobres. A Igreja renovou, no mesmo lugar e com o mesmo espírito, o forte compromisso assinado em 16 de novembro de 1965, poucos dias antes do encerramento do Concílio Vaticano II. Foi o dia em que 42 padres conciliares celebraram a Eucaristia nas catacumbas de Domitilla para pedir a Deus a graça de “ser fiel ao espírito de Jesus” no serviço aos pobres. Foi assinado o documento “Pacto por uma Igreja serva e pobre”: o compromisso assumido foi o de colocar os pobres no centro da pastoral. O texto, também conhecido como “Pacto das Catacumbas”, teve a adesão de mais de 500 padres conciliares.

A novidade é que não foram somente os padres sinodais a assinar o documento, mas todos os participantes – sacerdotes, religiosos, religiosas, leigos – afirmando a sua adesão ao Pacto em prol da Casa Comum. Presentes também representantes da Igreja Anglicana e da Assembleia de Deus. Durante a missa o cardeal

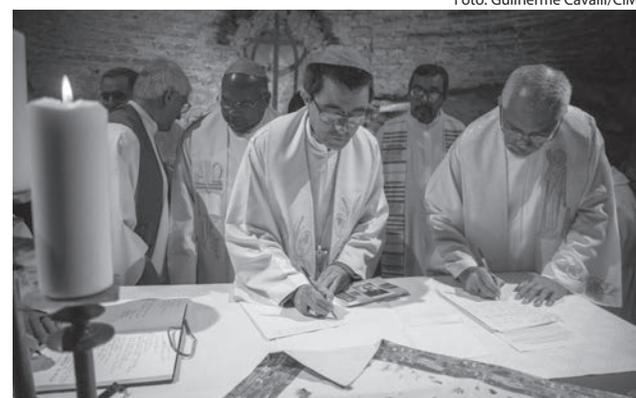


Foto: Guilherme Cavalli/CIMI

Hummes no início da sua homilia falou desse “momento comovente e significativo”. Depois de recordar que a Santa Missa é uma memória sacramental, memória de Jesus Cristo e que as Catacumbas eram cemitérios antigos dos romanos e dos primeiros cristãos que enterravam seus mártires, afirmou que todos os presentes se encontravam numa terra santa, “essa que nós pisamos aqui é verdadeiramente terra santa”.

O cardeal Hummes continuou afirmando que as Catacumbas nos recordam os primeiros tempos da Igreja, da comunidade de discípulos e discípulas de Jesus em Roma. “Tempos difíceis, de perseguição, mas também de muita persistência, de muita fé, de

muito testemunho. Por isso muitos morreram, por causa de seu testemunho. Tudo isso nos deve dar força, nos deve inspirar, pedindo para que Deus nos fortaleça, como ele fortalecia os cristãos daquela época”.

No documento, os participantes no Sínodo sobre a Amazônia

recordaram que partilham a alegria de habitar em meio a numerosos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, migrantes, comunidades na periferia das cidades desse imenso território do Planeta. Com eles – afirmaram – experimentaram a força do Evangelho que atua nos pequenos. “O encontro com esses povos nos interpela e nos convida a uma vida mais simples de partilha e gratuidade. Marcados pela escuta dos seus clamores e lágrimas, acolhemos de coração as palavras do Papa Francisco: ‘Muitos irmãos e irmãs na Amazônia carregam cruzes pesadas e aguardam pela consolação libertadora do Evangelho, pela carícia de amor da Igreja. Por eles, com eles, caminhemos juntos’”.

Em Roma, exposição fotográfica “Mal Comum na Amazônia” alertou para os impactos da mineração

Durante o Sínodo para a Amazônia, foi apresentada uma exposição fotográfica, na Igreja Santa Maria em Transpontina, em Roma, sobre os impactos da mineração na Amazônia brasileira e peruana. Apesar de ser uma iniciativa voltada para o bioma amazônico, casos recentes de grandes impactos da mineração também compuseram a exposição, como os crimes socioambientais da empresa Vale em Brumadinho (MG), com 250 pessoas mortas e 20 desaparecidas, e em Mariana (MG), com 19 pessoas mortas; além do caso de Barcarena (PA), em que o vazamento de bauxita da Hydro Alunorte contaminou diversos rios da região. A mostra também abordou a resistência dos povos e comunidades do campo e o trabalho, diante desses conflitos, das igrejas locais. “Mineração: Mal Comum na Amazônia” foi o tema da mostra, que surgiu a partir de uma articulação entre a Rede Igrejas e Mineração, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a entidade de cooperação espanhola Manos Unidas. As imagens que compuseram a exposição são da fotógrafa Andressa Zumpano e dos fotógrafos Thomas Bauer, Mikael Carvalho e Oscar Mujica. O projeto contou com o apoio da organização Justiça nos Trilhos e do Instituto Socioambiental (ISA).

PASTORAL EM FORMAÇÃO

Em Encontro Nacional de Formação, CPT debate casa comum, bem viver e tema de seu V Congresso

Neste ano de 2019, o Encontro Nacional de Formação da CPT girou em torno da apresentação de 16 artigos científicos e estudos de caso produzidos pelos/as agentes de pastoral durante curso de extensão. No bojo dessas apresentações, o tema do V Congresso Nacional da CPT, que ocorrerá em Marabá (PA) entre os dias 12 e 16 de julho de 2020, começou a ser debatido.

ELVIS MARQUES*

“Romper Cercas... Tecer o Bem Viver” foi o tema dessa edição do Encontro de Formação, realizado entre os dias 23 e 26 de outubro, em Hidrolândia (GO). Com a presença de agentes de pastoral de todo o Brasil, esse momento formativo é realizado anualmente. A mesa de abertura do encontro, no dia 23, abordou os “Desafios da reforma agrária e ressignificação da luta”, e contou com a assessoria de Valéria Santos, da Articulação das CPT’s do Cerrado, e Carlos Walter Porto-Gonçalves, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Com uma fala baseada na temática: “Corpos e mentes em territórios em disputa”, Valéria apresentou várias cartas políticas recentes para mostrar que a CPT, internamente e nos mais diversos espaços que integra, tem discutido essa ressignificação da luta e os desafios da reforma agrária. Conforme ela, a Carta do 1º Encontro Nacional das Juventudes do Cerrado, realizado em dezembro de 2018, apresenta muitos elementos importantes para essa ressignificação, pois isso passa também por nos aceitarmos.

“Muitas vezes deixamos de falar ou tocar em certas questões, mas a juventude vem trazer diversas pautas, como que ‘não adianta falarmos de territórios livres com corpos presos’. Porque se essa juventude não se enxerga nesse processo da reforma agrária, se no território não cabe a juventude e as mulheres, onde os cabem? Precisamos pensar essa ressignificação com esses elementos que a juventude e as mulheres trazem, que não são novos e não foram inventados agora”, analisa a integrante da pastoral.

Para o professor da UFF, a CPT, quando fala em ressignificar a luta e a reforma agrária, significa que ela está disposta a atualizar essa pauta, “porque a essência do debate da reforma agrária é esse, a concentração fundiária, e é por isso que esse debate ainda é central para a Pastoral”. E para Carlos Walter, esse debate se torna ainda



Foto: Elvis Marques / CPT Nacional

mais necessário, pois reflete sobre uma reforma agrária que contemple, também, os povos e as comunidades tradicionais.

Pastoral em constante formação

Neste Encontro de Formação, foram apresentados artigos e estudos de caso produzidos por agentes da pastoral que participam do Curso Nacional de Formação da CPT, dividido em quatro etapas, e realizado em cinco Polos nas cidades de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Juazeiro (BA), Porto Velho (RO) e São Paulo (SP). Com cerca de 110 participantes, esse curso de extensão é resultado de uma parceria entre a Pastoral da Terra e universidades nesses estados.

No trabalho exposto pela representante da CPT Araguaia-Tocantins foi destacado que desde o ano de 2013 a equipe desenvolve um processo de formação e reflexão sobre a violência contra as mulheres nas comunidades camponesas. A necessidade para o início desse trabalho vem, segundo ela, a partir da identificação de algumas problemáticas, tais como: situações de violência física; machismo e patriarcalismo; pouco conhecimento sobre os seus direitos; e fragilidade organizativa das mulheres em seus territórios.

“Pastoralidade é a presença de Deus na luta do povo”

No dia 25, para dialogar sobre o tema “Pastoralidade e ressignificação”, o encontro contou com a assessoria de Fábio Py, professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), e Romi Bencke, pastora luterana e secretária geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Para a líder religiosa, as pastorais precisam mostrar que a experiência do Bem Viver é possível, e que com ele podemos derrubar as cercas.

“Precisamos identificar quais são as cercas que devem cair e serem derrubadas. Daí podemos perceber algumas cercas a partir do que foi apresentado aqui

[nos artigos dos/as agentes da CPT]: o acúmulo, o discurso falso do capitalismo, a arrogância patriarcal, o racismo, os dogmas opressivos, os personalismos, os clericalismos, os exclusivismos culturais ou religiosos, e a incapacidade de autocritica”, pontuou. “Esses trabalhos nos mostram sinais concretos de justiça. Trabalhos em que as mulheres conseguiram perceber a violência que sofriam e disseram não. Esses sinais são suficientes? Não, mas estão acontecendo. Uma paz pensada e que exclui mulheres e LGBTQ+, por exemplo, é uma paz hipócrita”, completou a pastora.

“Pastorais são uma forma de agir da igreja que não está preocupada com os dogmas, mas com outro vetor, o da experiência do povo que sofre, que não é o clero obrigatoriamente. O povo que está sentindo o peso da expansão do capitalismo, da violência de gênero”, explicou Py, que enfatizou ainda: “Ser Pastoral é, acima de tudo, sentir as dores junto com quem as sente. As pastorais são ações de inserção e de construção do chamado reino de Deus na terra, de acordo com o Concílio Vaticano II”.

A luterana Romi, assim como Bruno Lima Rocha, doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), abordou também as revoltas que ocorrem atualmente na América Latina. “São sinais de que não existe capitalismo democrático, portanto, não é possível aceitar o modelo capitalista. É o que estamos vendo no Chile. Um país avançado na agenda do desenvolvimento, mas em convulsão social”, analisou a integrante do CONIC.

Rumo ao V Congresso da CPT

Quase cinco anos após o 4º Congresso Nacional da CPT, realizado em Porto Velho (RO), no dia 24 de outubro, foi lançada, durante o Encontro de Formação, a identidade visual do próximo Congresso. Esse quinto evento conta com o tema “Romper as cercas do capital na Terra e Territórios ameaçados e tecer as teias do Bem Viver na Casa Comum” e o lema “Somos Terra, Somos Água, Somos Vida”.

GÊNERO

CPT realiza primeiro Encontro Nacional sobre gênero e masculinidades

Com mais de 30 representantes de 13 Regionais e da Secretaria Nacional da Pastoral da Terra, o evento foi realizado nos dias 11 e 12 de novembro de 2019, no Centro de Convenções Israel Pinheiro, em Brasília (DF).

ELVIS MARQUES*

Com a colaboração de Adriano Martins, do Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais (CAIS), e Edmilson Schinelo, biblista e membro do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), esse primeiro encontro teve como objetivo desconstruir uma tóxica e violenta maneira de viver a masculinidade. O momento de formação também buscou olhar para as práticas cotidianas, dos homens, que têm interferido nas relações pessoais e profissionais, como, por exemplo, no tratamento com inferioridade e preconceito em relação às mulheres, grupos étnicos e a comunidade LGBTQ+.

“Este encontro surge como uma oportunidade de questionarmos nossa postura, identificando que o machismo não está fora, mas está em nós mesmos, e nos colocarmos abertamente nesse processo de desconstrução. Um dos pontos em destaque no encontro foi a negação de emoções (choro, saudade, amor, cuidado e etc) entre nós, homens, baseando em princípios de virilidade que têm retirado o sentimento e privado-nos de expressões e troca de carinho e afetividade”, destacam, em Carta Final enviada aos Regionais da CPT, os participantes do evento.

Relembrar a primeira figura masculina em nossas vidas e o sentimento que ela despertava foi o primeiro exercício proposto aos agentes de pastoral. “Homens raramente conversam sobre este tema, criar novas formas de exercer a masculinidade, pois a fragilidade não pode ser exposta. Falamos de masculinidades, no plural, porque existe mais de uma forma de vivenciar ela, as hegemônicas e outras formas”, analisa Adriano, e acrescenta que essa “masculinidade hegemônica consegue privilégios aos homens, e não são poucos, mas ela não necessariamente traz felicidade”.

“Quais são os modelos de masculinidades enraizados na cultura e na sociedade ocidental?”, questionou o membro do CAIS, que, no decorrer da formação, abordou os principais arquétipos (exem-



plos) que permeiam o imaginário masculino desde a infância. São eles: *O rei*, cuja a vontade é lei, e sua autoridade vem de Deus. Ele tem o direito sobre os outros, e sua base é a opressão e a submissão. O segundo é *o guerreiro*, aquele considerado o provedor, que mata um leão por dia. Já *o sábio/mago* tem a palavra final, o qual a fala é seu poder de autoridade. *O macho alfa*, também conhecido como garanhão, é a figura que se impõe. É a personificação do assédio, aquele que “pega as mulheres”, e isso leva a situações opressivas e ofensivas.

Bíblia e o homem

Com o tema “Gênero e masculinidades: e o papel da religião?”, Edmilson Schinelo, em sua fala, questionou, inicialmente, qual o papel que a religião teve na formação de cada indivíduo ali presente, de me sentir homem? Para o biblista, o livro sagrado teve um forte protagonismo ao longo da história, seja para o bem ou para o mal. “Não podemos abrir mão da bíblia, ela é um meio em disputa. Foi com a bíblia que Antônio Vieira defendeu a escravidão no

Brasil, mas é também com ela que muitas pessoas resistem”, explicou. Ele citou ainda exemplos recentes da instrumentalização desse livro e da religião em golpes contra as democracias, como no caso da Bolívia, quando o grupo que forçou a renúncia do presidente Evo Morales entra no Palácio do Governo, estende a bandeira do país no chão, coloca a bíblia e se ajoelha diante daqueles símbolos.

A partir desses fatos e de inúmeros outros, Schinelo é taxativo ao dizer que “onde a bíblia está, a gente tem que disputar. Na América Latina é algo que marca a vida do povo”. E é nesse sentido que ele destaca a importância de um olhar crítico em relação ao livro, por exemplo na identificação de leituras que expressem o machismo ou que apagam totalmente a figura feminina. “Moisés não libertou sozinho o povo. Quem estava com Moisés? Miriam. Se não fossem as parteiras, Moisés estaria vivo? Se não fossem as mulheres ele sequer estaria vivo”, disse Edmilson, e completou ainda: “Quem ajuda o povo negro a fazer o processo de emancipação



é Martin Luther King, mas nos esqueçamos de Rosa Parks, por quem ele foi convertido”. A religião e a bíblia reforçam, muitas vezes, masculinidades hegemônicas e violentas, mas esses elementos reli-

giosos também podem ser caminhos de libertação, analisou Schinelo.

Em uma atividade com o grupo de agentes, Edmilson Schinelo propôs analisar duas imagens que ilustram passagens bíblicas sobre Jônatas e Davi, e pediu para que o grupo descrevesse o que sentia. Uma das ilustrações mostra Davi, em um ambiente de guerra, ao arrancar a cabeça de Golias. Já a segunda é de uma situação de carinho entre Jônatas e Davi, na qual um deles está com a cabeça encostada no peitoral do outro. A maioria das pessoas manifestaram que a imagem de afeto entre os homens incomoda mais, conforme toda a construção social, cultural e de preconceito em torno de situações assim. “A gente tem percebido na sociedade que as cenas de violência e de ódio, que são colocadas abertamente na mídia, são aplaudidas, e uma cena como essa que demonstra afeto, carinho e amor deixa as pessoas incomodadas. Mas você aplaudir o ódio é uma doença”, expressou um membro da CPT.

Por fim, o membro do CEBI traz um importante apontamento sobre a interpretação da bíblia e as suas respectivas análises. “Não se toma textos bíblicos isoladamente, então, a leitura do texto tem que ser no conjunto cultural. Por que um texto é usado ao pé da letra e outro não é? Esse cuidado com o texto bíblico a gente precisa ter. Quem faz leitura fundamentalista não segue um critério. Nós precisamos de um critério para ler a bíblia. A prática e a fala de Jesus no seu conjunto. Se nós queremos ser pessoas cristãs, temos como critério a prática de Jesus”.

Na Carta Final, as pessoas presentes no evento provocaram todos os Regionais da CPT “a abrirem espaços de diálogo sobre este assunto tão urgente e importante em nossas vidas”.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

Vidas que caminham

O ano de 2019 registrou vinte e uma Romarias da Terra e das Águas nas mais diversas localidades do país. As romarias reuniram peregrinas e peregrinos que percorreram, ao todo, milhares de quilômetros, como símbolo de resistência e de persistência na luta e na fé, por um Deus dos pobres, que não desanima. Caracterizadas como momentos de reflexão, representativas da “Palavra”, as peregrinações são representações proféticas e políticas, que buscam na caminhada a ligação com o Reino de Deus.

MÁRIO MANZI*

ALAGOAS

Percorrendo a via da Igreja Matriz do município de Pariconha até o acampamento São Francisco, às margens do Canal do Sertão, cerca de mil pessoas participaram da 9ª Romaria das Águas e da Terra do sertão de Alagoas, realizada entre os dias 28 e 29 de setembro. O tema “Terra e água: bens comuns, direitos dos povos” motivou as peregrinas e os peregrinos durante as quatro paradas, das quais as duas primeiras tiveram como destaque a participação dos povos indígenas da região. Uma delas ocorreu próximo ao açude de Pariconha e registrou o testemunho dos indígenas da etnia Katokinn. A segunda parada, no povoado Campinhos, sob o tema “Terra bem comum, direitos dos povos”, trouxe reflexão a cargo dos povos Jiripancó, Karuazu e Katokinn. Após percorrerem o trecho de dez quilômetros, romeiras e romeiros chegaram ao acampamento São Francisco, área ocupada em abril de 2018, às margens do Canal do Sertão.

Entre os dias 23 e 24 de novembro foi realizada a 32ª Romaria da Terra e das Águas, no município de Joaquim Gomes, zona da mata alagoana. O tema “Terra e água: elementos sagrados, fontes de direitos e liberdade”, atraiu centenas de peregrinas e peregrinos. A cidade de Joaquim Gomes foi escolhida por situar-se na zona da mata de Alagoas, ser marcada pela concentração de terra, e também devido à frequente falta de água. Durante todo o mês de setembro, a Cruz Sem Males, símbolo da romaria, percorreu as comunidades urbanas e rurais e o território indígena Wassu Cocal.

BAHIA (BA)

Na manhã do dia 13 de dezembro foi realizada a 17ª Romaria de Pau de Colher, no município de Casa Nova. Neste ano a Romaria teve como tema “Serás libertado pelo direito e a justiça” (Is 1,27) e foi marcada por momentos de reflexão, celebração eucarística e apresentações culturais. A romaria relembra o massacre de Pau de Colher, ocorrido em janeiro de 1938, que matou cerca de mil pessoas. O arraial, que está a aproximadamente cem quilômetros da zona urbana de Casa Nova, divisa com os estados de Piauí e Pernambuco, chegou a reunir, à época, cerca de quatro mil pessoas em decorrência de um movimento messiânico liderado por José Senhorinho.

Das pioneiras, a 42ª Romaria de Bom Jesus da Lapa, teve como tema “Terra, Água e Justiça: Direitos Sagrados”. Reunindo centenas de romeiras e romeiros da Bahia e do Brasil entre 5 e 7 de julho, a romaria teve na programação, celebra-



ções religiosas, debates nos plenarinhos com os temas centrais: Terra, Fé e Política, Crianças, Juventude e Rio São Francisco e outras Bacias; além de atividades culturais que animaram as peregrinas e os peregrinos. Homenageado da 42ª Romaria, Dom André de Witte, bispo da Diocese de Ruy Barbosa e presidente nacional da CPT, re-



Foto: CPT Bahia

nidades foi realizada no município de Presidente Jânio Quadros, no dia 15 de setembro. Organizada pelas Paróquias, comunidades, pastorais e movimentos sociais do campo e da cidade do Vicariato Nossa Senhora dos Mártires da Diocese de Caetité, a Romaria teve como ponto de concentração a Praça da Igreja Matriz de São João Batista. De lá, romeiros e romeiras saíram em caminhada somando, ao todo, três paradas até o local onde

aconteceu a celebração final. A realização teve como tema “Chamados a cuidar dos dons da criação” e o lema “Mostra-nos, Senhor, os teus caminhos” (Sl 25,4).

Aproximadamente 400 pessoas de diversos municípios da região de Caetité participaram, no dia 29 de setembro, da 3ª Romaria Diocesana na comunidade de Cachoeira, distrito de Guirapá, sudoeste baiano. A edição de 2019 teve como tema “Nossa Vocação é lutar pela vida”, e o lema “Mostrai-nos, ó senhor, vossos caminhos” (Sl 25,4). Ao todo foram feitas três paradas, no percurso da romaria, a Via Sacra convidou as pessoas a refletirem sobre os problemas que afetam a vida do povo, dentre eles, os que estão ligados a conjuntura política atual com as reformas, cortes orçamentários dos programas e projetos sociais, além das políticas públicas para o semiárido.

MATO GROSSO (MT)

Aproximadamente 200 pessoas reuniram-se, no dia 16 de junho, na Comunidade São Manoel do Pari, município de Nossa Senhora do Livramento, Baixada Cuiabana, em motivo da 2ª Romaria de Santo Antônio. Iniciada em 2016, a romaria teve sua primeira edição após término de conflito por terra, de cerca de 10 anos de duração, enfrentado pela comunidade. Em caminhada de dois quilômetros, a comunidade entoou cânticos como “O Povo de Deus” e o “Bendito dos Romeiros”. A 2ª Romaria de Santo Antônio foi realiza-

alizou discurso de encerramento e reafirmou o compromisso com a fé e a vida, e de estar ao lado do povo.

O município de Coribe recebeu a 6ª Semana e Romaria do Cerrado, realizadas anualmente na região Oeste da Bahia. A programação que teve início no dia 06 de setembro, terminou com o ato religioso no Dia Nacional do Cerrado, 11 de setembro. A programação foi marcada pela realização de seminário formativo com professores; celebração de envio da Cruz Geraizeira; panfletagem na feira do município; visitas missionárias às comunidades rurais; trabalho informativo nas escolas; noite cultural e exposição do documentário “Nas Corredeiras do Movimento”.

Centenas de romeiras e romeiros celebraram a 40ª Missão da Terra, no município de Ponto Novo, no dia 22 de setembro, sob o tema “40 anos de caminhada, fé e resistência por vida, terra, água e direitos” e o lema: “Serás libertado pelo direito e a justiça” (Is 1,27). A 40ª Missão da Terra foi encerrada após celebração eucarística conduzida por Dom André de Witte, que, durante a homilia, ressaltou três direitos sagrados: terra, trabalho e teto, direitos que não deveriam faltar a ninguém, e que são conquistados por meio da luta.

A 8ª edição da Romaria das Comu-

Foto: CNBB Sul

AS 2019

em Romarias de luta

da pela Comunidade São Manoel do Pari em parceria com a CPT - Regional Mato Grosso e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

MINAS GERAIS (MG)

Sob o tema “Bacia do Rio Doce, nossa ‘Casa Comum’” e o lema “Vão-se os bens da Criação, ficam miséria e destruição! E agora José?”, a 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce foi sediada pela Paróquia Nossa Senhora da Piedade, no dia 02 de junho, em Itabira. Participaram da peregrinação, comunidades, pastores, movimentos, sindicatos, associações, organismos, além de dioceses e arquidioceses. A Romaria colocou-se, neste momento histórico, em posição de responsabilidade crítica e propositiva sobre as atividades mineradoras na região, condenando o atual modelo econômico devastador e destruidor, classificado como “voraz”, orientado apenas para o lucro.

PARÁ (PA)

A Romaria dos Mártires da Floresta foi realizada em Nova Ipixuna, Diocese de Marabá, nos dias 15 e 16 de junho. Com importante participação de jovens e estudantes, a Romaria teve como ponto de encontro o local onde foi assassinado o casal de extrativistas, Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro. Com o tema “Caminhando em busca do Bem-Viver”, a atividade foi embalada por cânticos, orações pelo casal e pelos mártires que lutam pela “vida sobre a morte, pela vida da floresta, pela justiça, pelo amor e pelo Reino de Deus”.

A região de Santarém recebeu, nos dias 27 e 28 de julho, a 1ª Romaria da Terra e das Águas “Em defesa da agricultura familiar agroecológica”. O trajeto teve como ponto de partida o município de Belterra e passou por Mojuí dos Campos até chegar à cidade de Santarém, somando um total de 42 quilômetros de percurso. Esta primeira romaria teve como objetivo valorizar a agricultura familiar agroecológica e sua importância para a vida das pessoas que vivem no campo e na cidade, além de denunciar as ameaças contra a agricultura familiar

devido ao forte avanço do monocultivo de soja na região.

Desde o ano de 2006 a comunidade de Anapu realiza a Romaria da Floresta, que entre os dias 18 e 21 de julho de 2019 teve sua 14ª edição, que percorreu os 55 quilômetros de ligação entre o município de Anapu e o PDS Esperança, onde Dorothy foi morta com seis tiros. Os três dias de caminhada lembrou os mártires da terra e suas lutas.

PARANÁ (PR)

A cidade de Lindoeste recebeu cerca de duas mil pessoas para a 32ª Romaria da Terra do Paraná, no dia 18 de agosto. Organizada pela CPT, a Romaria teve como lema “Nenhum camponês sem terra, mulher sem direito, jovem sem educação e criança sem saúde”. Durante a romaria foram reali-

da Terra organizada pela CPT no agreste pernambucano começou ainda de madrugada, sob muita chuva. A campanha da Fraternidade de 2019 animou o espírito da Romaria com o lema “Serás libertado pelo direito e pela justiça”. Os chegantes foram recebidos no Quilombo do Atoleiro por fogos, banda de pífano, roda de capoeira e apresentação do grupo de teatro da juventude da comunidade, com a peça “História do Quilombo Atoleiro”.

O sertão de Pernambuco recebeu, no dia do trabalhador, a 3ª Romaria da Terra e das Águas na cidade de Sertânia. O trajeto teve como ponto de partida a Escola Técnica Estadual Arlindo Ferreira dos Santos e encerrou-se no Açude de Barra. Realizada pela Diocese de Pesqueira em parceria com as pastorais e organizações sociais, a Romaria percorreu cerca de 4 quilômetros. O momento da concentração foi animado por um canto do povo indígena Xucuru de Ororubá. Durante as paradas as romeiras e os romeiros rezaram e partilharam reflexões. O encerramento foi cumprido após bênção e distribuição de mudas.

RIO DE JANEIRO (RJ)

Realizada no Parque Estoril, município de Nova Iguaçu, a Romaria do Rio de Janeiro reuniu romeiras e romeiros, no dia 21 de julho, no Campo da Marambaia sob o tema “Campo e Cidade na luta por direitos e soberania e em defesa da Terra Prometida”. A romaria teve direta referência ao assentamento Terra Prometida, situado na baixada fluminense, que sofre com a falta de saneamento básico e com a exploração ilegal de areia.

RIO GRANDE DO SUL (RS)

A 42ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, realizada no dia 5 de março, em Itacurubi, região Central do estado e a mais de 500 quilômetros de Porto Alegre, foi precedida - e acolhida -, nos dias 3 e 4 pelo acampamento da juventude, que reuniu cerca de 200 jovens. O Assentamento Conquista da Luta, onde vivem 160 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sediou a romaria sob o tema “Alimenta-

ção Saudável - Identidade, resistência e direitos”, e o lema “Para que todos tenham vida”.

Promovida pela CPT, a 42ª edição teve o apoio do MST, da Diocese de Uruguaiana, da CNBB e da prefeitura do município. Criado em 18 de dezembro de 2006, o assentamento Conquista da Luta ocupa área de 3.730 hectares e está situado a 20 quilômetros do perímetro urbano de Itacurubi. São produzidos pelas famílias, principalmente, leite e hortaliças orgânicas para comercialização.

SANTA CATARINA (SC)

A 25ª Romaria da Terra e das Águas reuniu, no dia 15 de setembro, entre 8 e 10 mil pessoas, que percorreram o trajeto entre Boa Parada, na BR-282, até a praça da Igreja Matriz, em São José do Cerrito. A romaria ocorreu sob tema “Semeando Vida no Campo e na Cidade” e o lema “Toda a criação está gemendo como em dores de parto” (RM 8,22).

SÃO PAULO (SP)

Ocorrida no dia 21 de julho, a Romaria do Estado de São Paulo foi realizada no Acampamento Nova Esperança, em Pirajuí. A concentração ocorreu na Praça do Povo, onde romeiras e romeiros foram guiados pelo tema “Terra, Água, Justiça e Liberdade: Estaremos todas e todos unidos para que os nossos direitos não sejam esquecidos”.

TOCANTINS (TO)

Cerca de 600 romeiras e romeiros reuniram-se entre os dias 10 a 12 de maio, em Buriti e São Sebastião, no Bico do Papagaio, para a 16ª edição da Romaria Padre Josimo. A tradicional romaria foi realizada sob o lema “Como Josimo, gritamos por justiça que liberta!” e congregou pessoas de comunidades rurais, quilombolas, indígenas e urbanas. Além da peregrinação, a programação também abarcou oficinas sobre temas como juventude e agroecologia, violência contra as mulheres e políticas públicas.



Foto: Aline Mialho

zadas celebrações místicas, partilhas sobre os desafios enfrentados, e discursos alvissareiros sobre caminhos para a solução dos problemas. A cidade foi escolhida devido à presença de vários assentamentos do MST e por se tratar de uma região que carece de políticas públicas eficazes.

PERNAMBUCO (PE)

O agreste de Pernambuco recebeu, no dia 31 de março, a I Romaria do Povo da Terra. Realizada no município de Caetés, a peregrinação de 8 quilômetros concentrou as romeiras e os romeiros em frente ao monumento a Frei Damião, no centro da cidade, e tiveram como destino a comunidade rural quilombola Atoleira. Reunindo povos indígenas, comunidades quilombolas, posseiras e posseiros, camponeses sem-terra, representantes de organizações sociais, a primeira Romaria

2019 E OS POVOS DO CAMPO

Despejos, assassinatos e reforma agrária paralisada marcam primeiro ano do governo Bolsonaro

24 assassinatos até novembro de 2019 em conflitos no campo, segundo dados parciais da CPT. Constantes despejos tornaram-se realidade mais uma vez no campo brasileiro, e, mesmo com 66 projetos de assentamento para reforma agrária prontos para serem executados em várias regiões do país, o governo Bolsonaro não assentou nenhuma família nesses locais.

CRISTIANE PASSOS*

Reportagem do jornal Folha de São Paulo mostrou que esses 66 projetos de assentamentos correspondem a 111.426 hectares para a reforma agrária, em várias regiões do país e teria capacidade para abrigar 3.862 famílias. A área é equivalente, no tamanho, ao município do Rio de Janeiro.

Via assessoria de imprensa, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) afirmou ao jornal que, “por restrições orçamentárias no exercício de 2019, não foi possível avançar no processo de seleção e homologação de famílias nos assentamentos criados pela autarquia”, mas que o programa seria retomado a partir de 2020. A modernização do Sipra (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária) foi paralisada por falta de dinheiro para contratar uma empresa de software, o que “representou uma ruptura nas tratativas de melhoria do sistema”. Sobre esse problema, o Incra informou que a atualização da ferramenta está “em estágio bastante avançado”.

De acordo com a reportagem, nos últimos 25 anos, a média de assentados é de 54 mil famílias por ano, incluindo 2019. O governo Bolsonaro prometeu distribuir 600 mil títulos de terra em quatro anos. Porém a realidade no campo brasileiro tem nos mostrado o oposto disso.

AMAZÔNIA CONTINUA SENDO FOCO DOS ASSASSINATOS NO CAMPO

Segundo dados parciais registrados pela CPT, foram 24 assassinatos em conflitos no campo, entre janeiro e novembro de 2019. 20 deles foram na Amazônia, 83% do total. O Pará, disparado, lidera o ranking com 9 assassinatos, seguido pelo Amazonas, com



Foto: Ana Mendes

5 e Mato Grosso com 3. Os trabalhadores rurais, sem terras e assentados somam 17 nesse caminho de morte, o que corresponde a 71% das mortes. 6 indígenas foram assassinados até o momento. Além das mortes, o fogo lambe a floresta, na sanha do capital sobre novas áreas para expansão.

DESPEJOS MANTÊM EM ALTA VIOLÊNCIA NO CAMPO

No que se refere aos territórios, a investida do governo Bolsonaro contra as comunidades, acampamentos, assentamentos e territórios tradicionais, aumentou consideravelmente. No estado do Paraná, de acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em pouco mais de seis meses, nove despejos foram realizados, deixando sem casa e sem sustento mais de 450 famílias.

Na Bahia, no dia 25 de novembro, 700 famílias ficaram nas mãos da Polícia Militar e Polícia Federal, que usaram bombas de gás, spray de pimenta, destruíram as casas e feriram os trabalhadores e trabalhadoras, dos acampamentos Abril Vermelho, no Projeto Salitre, em Juazeiro, Irmã Dorothy e Iranir de Souza, no Projeto Nilo Coelho, em Casa Nova (BA). Os despejos violentos realizados pela Polícia Federal, cumpriam mandados de reintegração de posse em favor da Companhia de

Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

No dia 31 de outubro, cerca de 80 famílias do acampamento Beleza, no município de Aliança, em Pernambuco, foram despejadas pela tropa de choque, oficiais de justiça e corpo de bombeiro, de forma truculenta. A ação destruiu todo o plantio dos trabalhadores e das trabalhadoras, bem como suas casas. As famílias ocuparam o Engenho Beleza, improdutivo, em 2015. A área fazia parte da Usina Cruangi. Desde o início da ocupação, as famílias tornaram a área produtiva, plantando milho, feijão, macaxeira, inhame e hortaliças, tudo de forma agroecológica, além de construírem casas de alvenaria.

Também em outubro, no dia 23, no Fórum de Redenção, no Pará, foi realizada a 2ª Audiência Pública de desocupação, referente à Ação de



Foto: Ana Mendes

Reintegração de Posse da Fazenda Santa Lúcia, município de Pau D'Arco (PA), onde vivem 200 famílias desde 2013. No local, em maio de 2017, um Massacre vitimou uma trabalhadora e nove trabalhadores rurais. Nesta 2ª Audiência, o Juiz Titular da Vara Agrária de Redenção, Dr. Haroldo Silva da Fonseca, manteve a decisão de despejo das famílias. Esta desocupação deve se realizar no período de 27 a

31/01/2020, pelo Comando de Missão Especial da PM, caso as famílias não desocupem o imóvel pacificamente.

No dia 12 de agosto, a Comunidade do Cajueiro, na zona rural de São Luís, no Maranhão, foi despejada. As famílias ocupavam a área há várias gerações. 21 casas foram derrubadas, sem a devida comunicação formal do cumprimento da decisão judicial pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão aos prejudicados, com antecedência mínima de 48 horas, na qual deveria constar a data e hora exatas em que seria realizada a desocupação. Também não foi realizada reunião preparatória com a Comunidade, para a retirada de seus pertences, o que evitaria os conflitos testemunhados. Tampouco houve notificação prévia dos órgãos e entidades pertinentes, como Ministério Público, Incra, Ouvidoria Agrária Regional do Incra, Ouvidoria Agrária Estadual, Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública, Comissões de Direitos Humanos, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Ordem dos Advogados do Brasil, Delegacia de Polícia Agrária, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e demais entidades envolvidas com a questão agrária/fundiária.

Ainda durante manifestação pacífica das famílias do Cajueiro e apoiadores na porta do Palácio dos Leões, sede do governo estadual do Maranhão, um numeroso efetivo policial do Batalhão de Choque do governo Flávio Dino, disparou bombas de gás contra as pessoas, de forma violenta e arbitrária.

Esses são alguns exemplos das centenas de ameaças contra os territórios camponeses em 2019. 2020 ainda não vislumbra um cenário melhor.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

Seringal recebe prêmio organizado pelo Comitê Chico Mendes

Contemplado na categoria “Destaque Comunidade Tradicional”, a premiação evidencia luta e resistência das seringueiras e dos seringueiros do Seringal São Bernardo, no Acre, que estão na região há 40 anos e sofrem com ameaças perpetradas por fazendeiro que pleiteia a posse da terra, onde vivem de forma extrativista as pessoas da comunidade

MÁRIO MANZI*

As mãos de Francivaldo Santos, 25 anos, e Maurir de Souza, 24 anos, podem ser consideradas como recorte histórico e simbólico da resistência em subsistir na floresta frente às adversidades que a Amazônia guarda. Adversidades essas que são tanto mais ameaçadoras pela conjuntura fundiária, que pelo modo de vida extrativista em meio ao bioma. Santos e Souza trazem outras marcas, que não são fruto da lida no seringal, vítimas de tortura por policiais, os dois tiveram a pele marcada pela violência que sofreram.

Os dois vivem no Seringal São Bernardo, comunidade tradicional localizada na zona rural de Rio Branco, abrangida pela bacia hidrográfica do Riozinho do Rola, principal afluente do Rio Acre, que abastece a capital do Estado. A região é também território em disputa entre as seringueiras e seringueiros que vivem na área há mais de quatro décadas, e o fazendeiro Mozart Marcondes Filho.

É no seringal onde Maurir e Francivaldo, e suas famílias, criam galinhas e porcos, fazem a roça e manejam, de forma extrativista, castanheira e seringueira.

As marcas descritas acima são lembradas em relatos do ocorrido no dia 5 de agosto deste ano, quando Francivaldo e Maurir limpavam a roça e foram surpreendidos por quatro policiais fardados, porém sem identificação.

MARTÍRIO

Sem mandado ou intimação, os quatro agentes públicos fizeram buscas na casa dos dois, após prenderem os seringueiros. Com o terçado que utilizavam para limpar a roça, uma espécie de facão usado no campo, os policiais



Foto: Mário Manzi

iniciaram sessão de agressão contra os dois rapazes. Atigiram-lhes diversas vezes. Após golpeá-los, os PM's dividiram-se em pares, e a sessão de tortura continuou. Primeiro ameaçado com uma faca no peito, de joelhos, Francivaldo passou a ser alvo de uma pistola.

Perguntado sobre quais seriam suas últimas palavras, o rapaz respondeu “Só Quero que o senhor me cubra com o sangue dele”, como réplica ouviu do agente público “Eu vou é deixar você coberto com seu sangue mesmo e vamo ver se o seu Deus é maior que o

meu”. Também sob o jugo dos policiais, Maurir assistia a cena que julgava ser os últimos momentos de seu amigo. Um capataz, porém, impediu a tragédia que se avizinhava. “Um bando de amator”, reclamou o PM ao perceber que não estavam sozinhos. Maurir e Francivaldo foram então levados à delegacia no carro particular utilizado, uma Toyota Hilux prata.

Ao chegarem à delegacia, encontraram o fazendeiro. No local foram ouvidos pelo delegado e liberados após escutarem “Esses meninos nem eram para estar aqui preso, esses dois são trabalhadores”, mesmo após a acusação formal de esbulho possessório, por parte do fazendeiro. Em audiência conciliatória, no dia 27 de agosto, conforme disseram os dois rapazes, Mozart teria assumido que foi o responsável por enviar os policiais à colocação onde os dois trabalhavam. A sessão chegou ao final sem acordo entre as partes.

Em 02 de outubro, segundo Audiência de instrução, no Juizado Criminal, o fazendeiro e acusador não compareceu e sequer enviou representante, o que culminou no arquivamento do processo contra Maurir e Francivaldo.

No dia 7 de agosto, anteriormente às audiências, os dois seringueiros denunciaram Mozart, capataz e os quatro policiais militares por agressão, tortura, ameaça, tentativa de assassinato e prisão. Os dois foram, então, submetidos a exame de corpo delito, que comprovou as agressões. Seguiram ao Ministério Público do Estado do Acre, onde também denunciaram o grupo. Após isso a promotoria de controle da atividade policial passou a investigar o caso.

RECONHECIMENTO

Este é apenas um dos emblemáticos casos de perseguição, ameaça,



Foto: Reprodução

criminalização, roubo e expulsão que sofre a comunidade do Seringal São Bernardo. Por todo o histórico de resistência e luta pela terra, nessas quatro décadas, e mais gravemente convulsionadas nos anos 2000, e pela preservação da Floresta, o Comitê Chico Mendes decidiu homenagear as Seringueiras e os Seringueiros de São Bernardo com o Prêmio Chico Mendes #Resistência Pela Amazônia, na categoria “Destaque Comunidade Tradicional”

A premiação ocorreu durante a Semana Chico Mendes, iniciada no 15 de dezembro - data que marca o nascimento do sindicalista - e encerrou-se em 22 de dezembro - data em que Chico foi assassinado. A Semana Chico Mendes é organizada desde 1993 e tem na programação oficinas, palestras, workshops e atividades de debate e reflexão sobre a contribuição de Chico Mendes.

Nesta mesma edição a CPT, que acompanha a comunidade e registra a situação de conflito do Seringal São Bernardo, concorreu à premiação na categoria “Destaque Institucional” por sua atuação enquanto instituição.

O Comitê Chico Mendes é uma articulação da Rede de Companheiros e Amigos de Chico Mendes, composta por pessoas que se identificam com a luta do líder sindicalista assassinado em 1988. A Rede foi criada logo após o assassinato com dois objetivos “exigir das autoridades policiais e judiciárias a apuração, o julgamento e a condenação de seus assassinos e dos mandantes; e divulgar em âmbito nacional e internacional os ideais e legado de Chico Mendes”.



Foto: Mário Manzi

MULHERES

As mulheres já não são mais as mesmas, elas (re) nascem das cinzas e da luta cotidiana

VALÉRIA PEREIRA SANTOS*

O renascer das mulheres lembra a história da fênix, uma ave poderosa da mitologia grega que morria com o corpo devorado pelas chamas, mas que renascia de suas próprias cinzas, muito mais vigorosa do que antes. Em relação às mulheres, penso que são como as árvores dos Cerrados que erroneamente vistas como frágeis, são na verdade resistentes e fortes. Não é qualquer fogo que as aniquilam, pois elas transformam suas cinzas em alento para suas lutas e vigor para a existência do Ser Mulher.

A partir de tais reflexões, é preciso reconhecer que a humanidade tem uma grande dívida com as mulheres. Uma vez que, por muito tempo as mulheres não puderam falar, e muito menos registrar suas histórias. Seus questionamentos e opiniões a respeito das realidades duras que viviam foram silenciados, esmagados.

Das cinzas e do sangue derramado pelas ancestrais, as mulheres se (re)construíram e continuam se (re)construindo nas batalhas que urgem pelo direito de viver e de ser livre. Houve grande ascensão das mulheres na sociedade contemporânea, e por meio da resistência cotidiana e dos movimentos feministas, começaram a ser ouvidas e conquistaram maior autonomia nos espaços públicos e privados. Mas, infelizmente, o esforço histórico não foi suficiente para transformar as mentes conservadoras nutridas pelo capitalismo patriarcal. Essa grande parcela da sociedade ainda não consegue perceber que as mulheres não são mais as mesmas. As mulheres estão num outro tempo!

Ainda há muitas questões a serem superadas, e entre tantas, é urgente a desnaturalização da representação da voz feminina por homens. Infelizmente, continuamos sendo representadas por vozes masculinas, como se não fôssemos capazes de assumir nosso próprio grito. E nessa hierarquia de representação, a lista é longa, na infância é o pai, depois o marido, o filho mais velho, a liderança po-

lítica masculina da comunidade e até os homens da ciência.

No cotidiano, vão se sucedendo a representação da mulher na trajetória de vida. Com as mulheres camponesas se reproduz um lugar de fala secundário, no qual elas ouvem mais do que falam. Esse lugar secundário, que historicamente foi construído, impôs uma condição de subjugação da voz, dos saberes e da visão de mundo da mulher na esfera pública e privada. Com isso, a participação feminina nas tomadas de decisões continua limitada. Mas às vezes é garantida por cotas de inclusão, pela ousadia ou pela luta insistente dos movimentos feministas que defendem a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Essa dicotomização alienadora de papéis sociais, que são elementos constitutivos do sistema capitalista patriarcal, provoca o empobrecimento e a dependência social/financeira/emocional das mulheres (MIES; SHIVA, 1993).

No campo, as mulheres enfrentam diversas desigualdades sociais que muitas vezes são silenciadas ou invisibilizadas.

Para as mulheres das comunidades camponesas acompanhadas pela CPT Araguaia-Tocantins, que vivem nos territórios em conflito com gran-



Foto: Ingrid Barros

des produtores do agronegócio da soja, eucalipto e pecuária de corte, as desigualdades interseccionam relações de classe, gênero, identidade étnico-racial, ambiental e territorial. Nessas comunidades, as desigualdades de gênero se intensificam com as violações do modo de vida pela expansão da agricultura

industrial, que exaure a natureza, provocando empobrecimento das comunidades e das mulheres, uma vez que desmata, contamina a terra, o ar e as fontes de águas, elementos fundamentais no dia a dia das camponesas.

O planejamento, administração e execução das atividades domésticas e de cuidado continuam sendo tarefas das mulheres, e quando a água falta ou está contaminada, são elas e as crianças que percorrem longas distâncias para abastecer a casa. Empobrecidas e com pouca condição de sobrevivência nos territórios, as mulheres são submetidas ao excesso e invisibilidade de jornadas de trabalho no cuidado da família, nas atividades domésticas, no quintal produtivo, no roçado e mesmo assim, ainda produzem e comercializam artesanatos, e outras, produtos de beleza. Toda essa vida, de muito trabalho e pouco reconhecimento, acrescida à exposição aos agrotóxicos tem provocado o adoecimento das mulheres, assim como tem acontecido na comunidade Serra do Centro, em Campos Lindos – TO (SANTOS, 2019).

Muitas questões ainda precisam ser superadas. Mas de modo geral, podemos dizer que se avançou muito nas pautas em defesa das mulheres. É preciso reconhecer essa capacidade de resistência e resiliência na inserção social e política das lutas territoriais. Nesse processo tem-se construído ou reconhecido novas identidades sociais, como as das: quebradeiras de coco babaçu, geraizeiras, pescadoras, vazanteiras e tantas outras.

Além das lutas específicas pelos direitos das mulheres, as camponesas que agregam toda uma diversidade de identidades se somam nas lutas por valorização do seu trabalho, por reforma agrária e pela defesa dos territórios. Algumas mulheres vão se formando na luta de resistências, politizam-se e constroem identidades



Foto: Andressa Zumpano

na ocupação dos espaços dentro das comunidades. Não é um processo fácil, porque ocorre rupturas no modo de vida pessoal, familiar e coletivo. As mulheres que nascem e renascem neste processo político das lutas feministas e territoriais, dificilmente voltam a ocupar os mesmos lugares de antes e os novos papéis assumidos muitas vezes são incompreendidos ou rechaçados.

O (re)nascimento tem sido um processo doloroso, mas as práticas surpreendentes e poderosas das mulheres indicam que, “quando os velhos modelos são postos de cabeça para baixo, quaisquer que sejam as razões que desencadearam as mudanças e apesar dos efeitos perversos que acompanham muitas ‘opções’, as mulheres já não são mais as mesmas” (LOBO, 1996). Pois ao renascerem a cada luta, assim como a fênix e as árvores do Cerrado, renascem dotadas de mais autonomia.

LOBO, Elizabeth Souza. A classe operária tem dois sexos, trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abromo, 1996.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. Ecofeminismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

nadie. Bogotá: Universidade de los Andes, Faculdade de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, CESO. Editora Uniandes, 2011.

SANTOS, Valéria Pereira. Mulheres e conflitos socioambientais, saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja na Serra do Centro, Campos Lindos/TO. UFT: Araguaína. Dissertação do Programa de Pós-Graduação Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. 2019. 129p.

* Articuladora das CPT's do Cerrado.



A senadora Jeanine Áñez se autoproclamou presidenta da Bolívia, no dia 12 de novembro, mesmo dia em que Evo Morales e Álvaro Linera chegaram ao México, onde receberam asilo político após terem renunciado, para tentar frear a onda de violência do golpe de Estado em curso no país. Desde o dia 10 do mesmo mês, ela passou a figurar na linha sucessória após as renúncias da presidente e do vice-presidente do Senado, que seguiram a decisão de Evo Morales.

A Constituição boliviana, porém, prevê que os casos de renúncia presidencial devem ser aprovados ou rejeitados pelo parlamento; assim como a titulação do sucessor deve ser validada pelos legisladores. Descumprindo o rito constitucional, Áñez discursou como presidenta mesmo sem ter sido empossada pela Assembleia Legislativa Plurinacional. A sessão prevista para o dia 12 de novembro não teve quórum, uma vez que os parlamentares do Movimento ao Socialismo (MAS), partido de Evo Morales, se recusaram a participar por falta de garantias políticas.

Golpe na Bolívia: Senadora opositora Jeanine Áñez se autoproclama presidenta

Após renúncia de Evo Morales e Álvaro Linera, parlamentar atropelou o rito constitucional e se declarou presidenta

Por meio do Twitter, Evo Morales afirmou que a autoproclamação da senadora viola a Constituição e as normas internas da Assembleia Legislativa. Ele denunciou à comunidade internacional o “golpe nefasto” que se consuma “sobre o sangue de irmãos assassinados por forças policiais e militares”. Em seu discurso, Jeanine Áñez anunciou que convocará novas eleições no prazo de 90 dias. “Devemos convocar eleições o mais breve possível e que o resultado das eleições reflita o que a população queira”, declarou.

A senadora já ocupou o Palácio Quemado, em La Paz, quando simbolicamente também ingressaram no local uma bíblia e a imagem de uma santa, além de políticos apoiadores. Áñez tem 52 anos e nasceu na cidade de Trinidad, no departamento de Beni, em região dominada pelo agronegócio e historicamente opositora aos governos do MAS. Ela foi eleita senadora em 2010, pelo partido Plano Progreso Bolívia e atualmente integra a aliança opositora Unidad Demócrata.



Foto: Azair Raldes

CAMACHO COMEMORA

Um dos líderes da oposição golpista que protagonizou ataques violentos a órgãos públicos e a líderes políticos do MAS durante as últimas semanas, “Macho” Camacho anunciou a suspensão dos atos protagonizados pelo Comitê Cívico de Santa Cruz. O golpe de Estado tem respaldo de membros da polícia e do comando das Forças Armadas da Bolívia, que têm atuado na repressão às manifestações populares em favor de Evo Morales. (Brasil de Fato)

Greve na Colômbia tem adesão alta, homenagem a jovem morto e peneirão contra Duque

Bogotá e outras cidades realizaram marchas e paralisações com participação de centrais sindicais e movimentos estudantis

Milhares de colombianos foram às ruas das principais cidades do país no dia 27 de novembro, registrando o sétimo dia consecutivo de paralisações e protestos contra o pacote de medidas trabalhistas e previdenciárias do presidente Iván Duque. A greve geral teve alta adesão de participantes que renderam homenagens a Dilan Cruz, estudante de 18 anos morto durante os protestos, e realizaram peneirões contra o presidente.

Em Bogotá, capital do país, as mobilizações começaram desde as primeiras horas do dia no parque Nacional, onde centenas de manifestantes se concentraram e depois marcharam em direção à praça Bolívar, região central onde está localizada a sede do governo colombiano. Na rua 100, também foi registrada uma grande marcha que ocupou os dois lados da via. Os manifestantes também utilizaram as ruas próximas das universidades da cidade para marcharem contra as medidas do presidente e em homenagem a Dilan Cruz, que morreu após ser atingido por uma bomba de gás lacrimogêneo na cabeça por agentes do Esquadrão Móvel Antidistúrbios da Colômbia.

Na segunda maior cidade da Colômbia, Medellín, os colombianos se encontraram pela manhã na região de La Alpujarra, onde

realizaram uma caminhada simbólica em solidariedade a Cruz. Os manifestantes ainda fizeram um minuto de silêncio em memória a Dilan Cruz. Ainda em Medellín, foi realizado um peneirão enquanto marchavam desde o parque Las Luces em direção ao parque El Salvador. No local, ocorreram apresentações artísticas denominadas de “Toques da Dignidade”. Na cidade de Cali, mais de 160 mil estudantes de 91



Foto: CUT Colômbia

instituições paralisaram suas atividades após a convocação para mais um dia de protesto feita pelo Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação do Valle (Sutev). Em Barranquilla, as marchas que saíram com centenas de pessoas do cemitério Universal e da Intendência Fluvial se encontram em frente à sede do governo da região Atlântico. As mobilizações contaram

com a participação de estudantes e centrais sindicais de várias categorias.

Estudantes que estavam presentes na marcha renderam homenagens em memória de Cruz. Ainda na manifestação, alguns manifestantes chegaram a pedir a renúncia de Duque, que, segundo o presidente da CUT de Barranquilla, não fez “nenhum gesto para atender as causas pelas quais a população está nas ruas”. O dia de protesto também teve adesão em Cartagena. Manifestantes caminharam pela região de Cuatro Vientos e marcharam pela avenida Pedro de Heredia. Ainda na cidade, manifestantes se concentraram na região sul onde fizeram um peneirão contra Duque e homenagens a Cruz.

As cidades de Bucaramanga, Popayán, Cúcuta, Florencia e Tunja também registraram manifestações, que ocorreram após a proposta de “diálogo nacional” do mandatário fracassar. No dia 26 de novembro, um dia antes da paralisação geral, os membros do Comitê Nacional da Greve, formado pelas lideranças dos principais movimentos populares que encabeçam as manifestações, se levantaram da mesa de negociações após rechaçarem a presença de empresários e outros setores na reunião que não estiveram presentes nos protestos. (Opera Mundi)

Martínez reconhece vitória de Lacalle Pou em eleições presidenciais no Uruguai

O candidato à presidência do Uruguai pelo partido governista de esquerda Frente Ampla (FA), Daniel Martínez, reconheceu no dia 28 de novembro, a vitória de seu opositor do Partido Nacional, o direitista Luis Lacalle Pou, no segundo turno das eleições presidenciais do país realizadas no dia 24 de novembro.

“A evolução da apuração dos votos observados não modifica a tendência. Portanto, cumprimentamos o presidente eleito, Luis Lacalle Pou, com quem farei uma reunião amanhã”, disse Martínez pelo Twitter. A fala de Martínez veio após a Corte Eleitoral divulgar resultados prévios dos votos em observação, que ficaram por contar na apuração do dia 24 de novembro.

O órgão havia adiado o anúncio do vencedor devido a um impasse gerado pela estreita diferença da quantidade de votos entre os candidatos. Após 99,31% das urnas apuradas, a quantidade de votos em observação – cédulas que não entraram na contagem por problemas técnicos – era maior do que a diferença entre a quantidade de votos conquistados pelos presidenciais. Entretanto, os resultados prévios dos votos em observação divulgados mostraram a vitória de Lacalle Pou como irreversível. A Justiça Eleitoral ao concluir a segunda contagem dos votos, cédula por cédula, determinante nesta eleição, deveu-se à diferença de menos de 30 mil votos entre os dois candidatos à Presidência.

Lacalle Pou agradeceu os trabalhadores do órgão eleitoral e compartilhou uma mensagem de seu partido dizendo que “agora sim, o Uruguai tem um novo presidente”. Lacalle Pou, teve sua vitória confirmada pelos órgãos eleitorais no dia 29 de novembro, depois de passar por um pleito apertado com o seu adversário Daniel Martínez: cerca de 1% de vantagem.

No primeiro turno, Martínez obteve mais de 10% de vantagem sobre o candidato do Partido Nacional. Entretanto, o apoio à candidatura de Lacalle Pou por parte de partidos como Cabildo Abierto, de extrema direita, Partido de La Gente, de direita, e o centrista Partido Independiente, foi decisivo para a vitória da oposição após 15 anos de governo da Frente Ampla. (Opera Mundi)

PÁGINA BÍBLICA

Evangelho de Marcos

Evangelizar não é contar o que os quatro apóstolos disseram, e sim anunciar o que significa hoje ser fiel a Jesus: Quem é Jesus para nós? Onde Ele está? O que quer Ele de nós? Vejamos o que Sandro nos fala sobre isso.

SANDRO GALLAZZI*

MARCOS

Pretexto e contexto

Roma tinha cerca de um milhão de habitantes. Os romanos constituíam 10% e o restante eram escravos. Imaginem-se chegando a uma cidade como essa e dizendo aos escravos que somos todos iguais, que somos irmãos, e que a autoridade do imperador não vale nada.

Sobretudo se a sua mensagem atingisse as mulheres, os jovens e os soldados, com propostas completamente alternativas, minando as bases do império: a família e o exército. O que vocês poderiam esperar senão a perseguição? E foi isto que aconteceu. A perseguição de Nero limitou-se à cidade de Roma, mas foi violenta e cruel. Os cristãos tiveram que passar à clandestinidade e não podiam mais reunir-se publicamente.

A perseguição provocou reações as mais diversas dentro da comunidade: algumas pessoas abandonaram a comunidade e a fé. Outras aceitaram com coragem a morte para não renegar seus ideais e sua fé.

O problema para a comunidade não são aqueles que morrem pela fé nem os que a abandonam, mas os que ficam e não querem morrer, aqueles que querem ser cristãos e conviver com o império, como os judeus que, durante séculos - mais de 400 anos - conseguiram conviver com persas, gregos e romanos sem provocar maiores conflitos, além de gozar do apoio e do reconhecimento do Estado.

O judaísmo era considerado “religião lícita” (religião permitida) por Roma.

O império não perseguiu os judeus, salvo em alguns casos por problemas menores. Muitos desses judeus pertenciam à comunidade cristã de Roma.

O momento da perseguição fez renascer com toda veemência a vontade de seguir caminhando conforme o velho ritmo judaico. A tentação é ver a perseguição como consequência de alguns extremistas que devem estar exagerando. Rezemos a Jesus, oremos, amemo-nos. Mas, para que

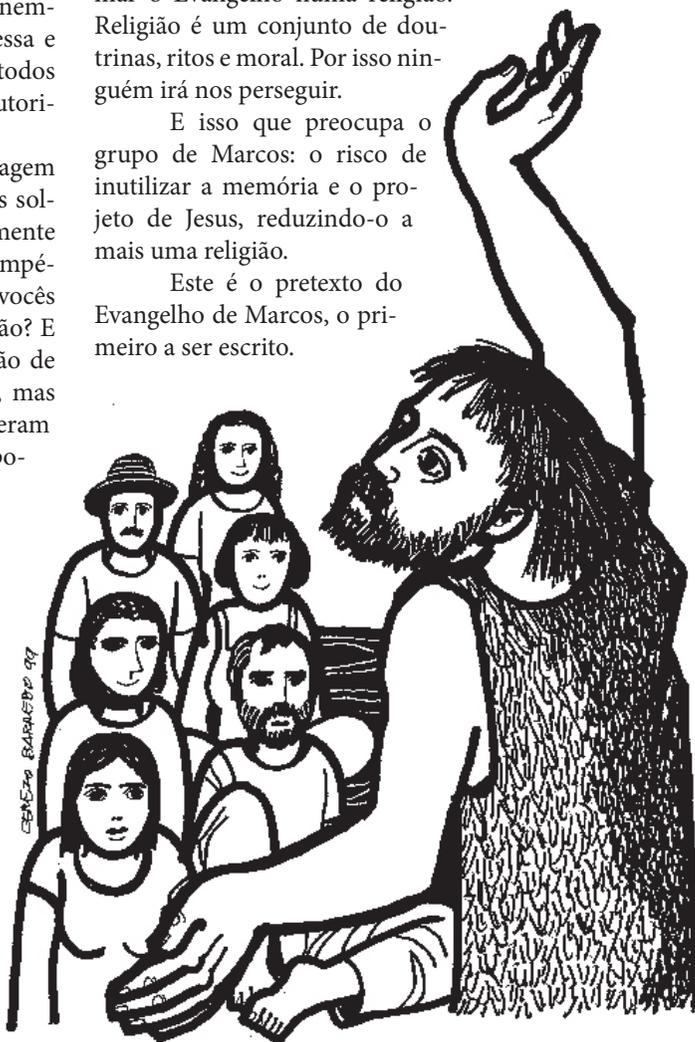
criar caso com o império?

Esta atitude era apoiada por aqueles que estavam acostumados com a sinagoga, a tentação de diluir o Evangelho para continuar sendo cristãos, sem comprometer-se politicamente, porque isso levava à morte.

É a maior tentação: a de transformar o Evangelho numa religião. Religião é um conjunto de doutrinas, ritos e moral. Por isso ninguém irá nos perseguir.

E isso que preocupa o grupo de Marcos: o risco de inutilizar a memória e o projeto de Jesus, reduzindo-o a mais uma religião.

Este é o pretexto do Evangelho de Marcos, o primeiro a ser escrito.



Marcos está em Roma, vivendo a perseguição, uma perseguição em que morreram companheiros importantes, como Pedro e Paulo. Marcos escreve seu Evangelho trazendo Jesus Cristo, o Cristo vivo, ao interior da comunidade de Roma, ao coração do conflito, mostrando como também ele foi ameaçado, caluniado, perseguido, mas não abandonou seu projeto.

Já vimos muitos textos de Marcos que nos mostram por que Jesus foi perseguido. Não vamos repeti-los aqui. Basta lembrar alguns: tirar os homens do mar... o pobre no meio... o maior é o que serve...

dar a César o que é de César... a legião e os porcos que se atiram ao mar, não duvidem que este monte vai ao mar... e, no centro, a lição dos pães. Esta é a memória de Jesus que Marcos traz para a comunidade, dizendo: devemos ser fiéis ao Evangelho, devemos assumi-lo, até a morte.

Por isso Marcos faz questão de quase não deixar Jesus falar. Em Marcos, Jesus atua, caminha, sempre nos “precede”, marcando o rumo, mostrando o caminho. E todas as vezes que alguém quer dizer que Ele é o Filho de Deus, Jesus o faz calar: “Não o digas a ninguém”. Não são os milagres que revelam o Filho de Deus, não são as palavras bonitas, nem o entusiasmo da multidão.

Somente na cruz, quando oprimido por tanta dor, vítima de uma perseguição cruel, morre gritando: “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste? (é o grito desesperado da comunidade perseguida); somente então será o centurião romano (é claro!) que proclamará de uma vez a fé da comunidade:

Vendo de que maneira expirava, disse: verdadeiramente este homem era Filho de Deus (Mc 15,39).

Só a perseguição revelou claramente quem era Jesus (Mc 8, 31). Por isso, no centro do Evangelho está o caminho de Jesus, da Galiléia até Jerusalém,

caminho marcado três vezes pela certeza de que em Jerusalém aconteceria a morte (Mc 9,30-31). Jesus o sabe muito bem e não foge, nem muda seu discurso (Mc 10,32-34).

Neste caminho nos convida a segui-lo (é uma palavra-chave de Marcos). Se nós, como Pedro, dizemos que Ele é Cristo, não podemos fazer como Pedro, que tenta, depois, afastá-lo do caminho da cruz:

Fico atrás de mim, Satanás. Tu pensas como os homens e não como Deus! (Mc 8,33).

É a tentação da comunidade de Marcos: confessar Cristo e fugir da cruz... Isso é diabólico, satânico. Ouçam a mensagem: (Mc 9,5).

Quem quiser me seguir negue-se a si mesmo, tome sua cruz e siga-me. Se alguém quiser salvar sua vida, perde-la-á; mas quem perder sua vida POR MIM E PELO EVANGELHO, salvá-la-á (Mc 9,6).

Não há saída, a cruz é o caminho definitivo.

Pedro cai de novo na tentação de ficar no Tabor, com Jesus, Elias e Moisés transfigurados, fazendo uma falsa leitura do Antigo Testamento, esquecendo que Elias e Moisés são as pessoas do “Vai tu, eu te envio!”. Mestre, é bom estarmos aqui. Poderíamos fazer três tendas, uma para ti, outra para Moisés e outra para Elias (Mc 8,34-35).

Não era fé, nem era contemplação, era MEDO: Não sabia o que dizia, pois estava tomado de medo.

É preciso descer do monte. Antes de chegar ao monte Tabor, ao monte da glória, é preciso passar pelo Calvário: não há outro caminho!

“Medo”! Quantas vezes esta palavra aparece no Evangelho de Marcos! Sobretudo da parte dos apóstolos que, em Marcos, não fazem um bom papel. Diz à comunidade que, se mataram Pedro e Paulo, não há por que temer em continuar sua obra... afinal eles eram como nós, pessoas cheias de medo, incapazes de compreender, duros de crer... mas que seguiram a Jesus.

Ao contrário, as mulheres são o exemplo para os discípulos até a cruz: Elas o seguiam, o serviam e subiram com ele a Jerusalém (Mc 15,41).

Por isso o Jesus de Marcos não aparece a ninguém.

A última palavra do Evangelho é MEDO. Diante do sepulcro vazio, apenas um aviso: (Mc 16,8)

Digam aos discípulos e a Pedro que Ele os precede na Galiléia, lá o verão (Mc 16,7).

Acaba de ser morto e já está diante de nós, já voltou à Galiléia, para começar tudo de novo.

Ele nos precede. Se o quisermos ver vivo, de voltar à nossa Galiléia e novamente fazer seu caminho. Do contrário, é como se não tivesse ressuscitado.

EXPERIÊNCIA

Seminário na Amazônia discute Sínodo, políticas públicas e direitos humanos

Realizado na Faculdade Diocesana São José, em Rio Branco (Acre), nos dias 20 e 21 de Setembro, o “I Seminário de Direitos Humanos e Políticas Públicas Neste Chão da Amazônia” promoveu a escuta de diversas comunidades tradicionais e povos indígenas. Organizado pela CPT-Regional Acre, Cimi, Rede um Grito pela Vida, Pastoral da Juventude, Repam, Cáritas, Pastoral Familiar, CEBs e Ordem Franciscana Secular, o seminário debateu, entre outros pontos, o advento do Sínodo da Amazônia. Convocado pelo Papa Francisco em 2017, o Sínodo ocorreu posteriormente, em Roma, entre os dias 6 e 26 de outubro.

MÁRIO MANZI*

À abertura do seminário, os presentes entoaram em coro “nós somos parte da terra / a terra é parte de nós / um é a extensão do outro / nós não vivemos a sós”, de autoria de Celso Braga e Candinho. O canto deu tom de união ao evento e, em seguida, Darlene Braga, agente da CPT-Regional Acre e coordenadora da Articulação das CPT's da Amazônia, classificou a ocasião como um momento “destinado à escuta de pessoas que sofrem violação de direitos”.



Foto: Mário Manzi

1º PAINEL

A fala de Braga foi sucedida pelo painel “Violência no Campo - Causas e Consequência”. Roberto Malvezzi, assessor da CPT e da Rede Eclesial Pan Amazônica (Repam), refletiu, junto aos presentes, sobre a conjuntura agrária do Brasil. Lembrou que a raiz da CPT está na Amazônia, ao fazer memória da criação da pastoral em 1975. Com precisa descrição histórica dos problemas territoriais brasileiros, o assessor lembrou o processo de colonização do Brasil pelos portugueses “arrancando o território dos povos indígenas”.

O professor de Geografia, da Universidade Federal do Acre (UFAC), José Alves, tratou da criminalização dos movimentos sociais, no contexto atual em que “quem luta pela reforma agrária está sendo colocado como terrorista”, explicou.

Raimunda Bezerra, do Centro de Defesa de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre, falou sobre as ocorrências de violações de direitos no Estado do Acre e no país. “Os povos originários são extermináveis”. A frase proveio da conclusão de que os povos indígenas estão sendo mortos e torturados pela ação do Estado. Sobre os direitos conquistados por essa população, Bezerra defendeu que “as garantias são resultado de lutas políticas. Direitos não batem à porta, você precisa lutar”.

ESCUTAS

A exposição política deu lugar ao momento de escutas. As pessoas presentes dividiram-se nos seguintes grupos: Grilagem de terras; manejo florestal e presença de madeiras, projeto REDD e mercantilização da natureza; criminalização de lideranças rurais, agentes de pastoral, movimentos sociais.

Os grupos de escuta também dedicaram-se às violações aos direitos humanos. Foram lembrados casos como a tortura de dois seringueiros do Seringal São Bernardo.

Darlene Braga lembrou que a Amazônia é um território em disputa ao citar o dado da CPT que contabiliza 24.970 pessoas envolvidas em conflitos no campo, no Acre, em 2018. “Os órgãos estão parados” citou, em referência ao desmonte estatal no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Letícia Luzia Yawanawa, da Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia, deu relatos sobre o processo de perseguição às mulheres indígenas e lembrou que neste momento os povos indígenas são os que mais têm se mobilizado.

A intensa programação que seguiu pela noite do dia 20, teve este turno aberto

pela citação em coro “A última palavra não é a dor, porque temos a esperança”. À ocasião foi realizado um minuto de silêncio em manifestação contra as mudanças climáticas globais, em consonância à agenda mundial de protestos.

2º PAINEL

O 2º Painel do Seminário dedicou-se principalmente ao tema Violência Urbana. A fala do professor João Lima (UFAC) abriu o painel.

“A dignidade é um valor inerente ao ser humano, que nos faz considerá-lo diferente a um objeto”, sustentou, e em seguida contextualizou sobre o momento atual: “A sociedade contemporânea conhece bem as marcas que nos fazem abdicar de direitos humanos em troca de benefícios. A barbárie nos arrasta para fora do campo da vida. Na encruzilhada entre a barbárie e a civilização”.

Fábio Fabrício Pereira, coordenador do Núcleo de Apoio e Atendimento Psicossocial (Natera) do MPAC abordou



Foto: Mário Manzi

dados sobre crimes violentos letais intencionais no Acre, citando o aumento destes crimes desde o ano de 2015. Ele citou a disputa, por parte das facções criminosas, pelo corredor do tráfico de drogas no Acre.

“Violência tem cor, tem gênero e tem idade”. Krysla Ricardo, da Pastoral da Juventude da Diocese de Rio Branco, lem-

brou que as mulheres jovens, negras, são vítimas frequentes de violência. Também citou a carência de dados sobre lgbtqfobia.

Representando a Rede um Grito pela Vida, irmã Celestina Veloso, trouxe à discussão, compondo o painel, o tráfico de pessoas na realidade amazônica. Irmã Celestina citou as modalidades do tráfico de pessoas: exploração sexual; trabalho escravo; venda de órgãos; servidão doméstica; mendicância; adoção irregular; atividades ilícitas.

3º PAINEL

No terceiro painel, realizado sob o tema “Migração e sua relação com trabalho forçado”, Letícia Mamed, professora da UFAC, falou sobre a possibilidade de unificação da luta dos sujeitos periféricos. “Periféricos precisam dialogar com outros periféricos, para unir as lutas”. Ela qualificou como “cruel” a maneira como o país trata os imigrantes, exemplificando o uso da mão de obra haitiana por frigoríficos brasileiros. Esta mão de obra, ainda segundo Mamed, é criminalizada para justificar o processo de demissão, quando já não é mais eficiente.

4º PAINEL

“Em defesa da constituição, contra o roubo e a devastação dos territórios indígenas”, o quarto painel foi conduzido por José Correia Jaminawa, Antônio Apurinã e Letícia Yawanawa, - que representavam seus respectivos povos indígenas - e Rose Padilha, do Cimi.

Ao fim, irmã Isabel Kuss, da Rede um Grito pela Vida, uma das organizadoras do seminário, encerrou o encontro com agradecimentos às pessoas presentes. A mística final, iluminada à luz de velas, distribuiu sementes de girassol a serem plantadas em terra trabalhada pelas mãos de três pessoas presentes.

Cartão de Natal



Neste NATAL
 Ao ver milhares de pessoas violentamente expulsas de suas terras, com suas casas e lavouras destruídas, sob a mira de armas
 Ao ver o ódio proclamado a plenos pulmões e a violência ser taxada de normal
 A CPT sonha com o profeta Isaías: ver o Senhor “**COMO JUIZ DAS NAÇÕES**”
 quando “**DAS ESPADAS SERÃO FORJADOS ARADADOS E DAS LANÇAS FOICES**”.
 Is 2,4,
 Então cantaremos com os anjos “**PAZ NA TERRA A QUEM O SENHOR QUER BEM (Lc 2,14)**”
 A CPT deseja um Feliz Natal a todos e todas, e um 2020 de Esperança!

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
 Mala Direta
 Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA